 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-011-03
	PAUTA/FREQUÊNCIA	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
		DATA REVISÃO:	01/07/2015
		ITEM NORMA:	7.2

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR					
DEPUTADOS TITULARES			DEPUTADOS SUPLENTE		
FREQ.	NOME	PARTIDO	FREQ.	NOME	PARTIDO
	ODILON AGUIAR PRESIDENTE	PROS		AUGUSTA BRITO	PC do B
	LAÍS NUNES VICE-PRESIDENTE	PROS		BETHROSE	PRP
	FERNANDO HUGO	SD		ANTONIO GRANJA	PROS
	HEITOR FÉRRER	PDT		EVANDRO LEITÃO	PDT
	LEONARDO PINHEIRO	PSD		DR. CARLOS FELIPE	PC do B
	NAUMI AMORIM	PSL		TOMAZ HOLANDA	PPS
	WALTER CAVALCANTE	PMDB		AGENOR NETO	PMDB

Legenda:

P: Presente	J: Justificou	A: Ausente	L: Licenciado
--------------------	----------------------	-------------------	----------------------

PAUTA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
DATA: 25/02/2016	HORA: 8h30min
LOCAL: Complexo das Comissões Técnicas	

I - Leitura, discussão e votação da Ata da reunião anterior.

Ata da Reunião anterior encaminhada por e-mail aos deputados da Comissão.

II – Expediente:


a) Leitura da correspondência e outros documentos recebidos:

NADA CONSTA

b) Comunicação das matérias recebidas e distribuídas aos Relatores:

Relatoria do Deputado Walter Cavalcante:

Proposição nº 176/15 – Projeto de Lei – Aatoria Deputado Sérgio Aguiar –
 “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais e de serviços fornecedores de alimentos destinarem um local único e específico para disponibilizar aos consumidores informações de alimentos produzidos e/ou comercializados sem lactose, glúten e açúcar”.

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-011-03
	PAUTA/FREQUÊNCIA	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
		DATA REVISÃO:	01/07/2015
		ITEM NORMA:	7.2

III – Ordem do Dia:

a) Leitura, discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral:

Requerimento nº 02/16 de autoria do Deputado Odilon Aguiar – “Requer a realização de audiência pública objetivando discutir a cobrança de honorários, por parte de médicos conveniados de Planos de Saúde, que convencionaram chamar de “Taxa de Disponibilidade” para a realização de procedimentos médicos cobertos pelos planos, especialmente os obstétricos”.

b) Discussão e votação de proposições e pareceres, sujeitos à aprovação do Plenário:

NADA CONSTA

Presidente da Reunião